

FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: POSSIBILIDADE DE MUDANÇA PARADIGMÁTICA ESTRUTURAL¹

TEACHER TRAINING ON DISTANCE EDUCATION: A POSSIBILITY OF STRUCTURAL PARADIGMATIC CHANGE

Jucemara Antunes², Sonia Marli Righi Aita³ e Rosane Carneiro Sarturi⁴

RESUMO

O artigo apresenta uma síntese de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo refletir acerca da formação docente no curso de Pedagogia na modalidade à distância, de uma instituição pública superior de ensino, localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Optou-se pela abordagem qualitativa, na qual, foram coletados dados através de entrevista semiestruturada e a pesquisa documental. Conclui-se que a proposta de formar pedagogos a distância pode ser uma possibilidade de mudança paradigmática estrutural, pois a Educação à Distância (EAD) oportunizou aos acadêmicos vivenciarem um novo desenho de formação, de modo flexível, nos tempos e espaços que o aluno possa realizar e participar presencial ou a distância das atividades propostas trabalhando cooperativamente com os colegas, professores e tutores. Paralelo a esses elementos, destaca-se que a EAD propicia a autonomia do aluno, almejada nos diferentes contextos educativos, ou seja, que o aluno se torne sujeito autônomo de seu saber. Outro elemento fundamental refere-se à formação realizada a distância pode influenciá-lo à utilização das ferramentas tecnológicas, propondo seu uso no cotidiano das suas práticas docente.

Palavras-chave: formação inicial, políticas públicas educacionais, tecnologias contemporâneas.

ABSTRACT

This paper presents an overview of an ongoing research that aims to reflect upon teacher training in the Pedagogy course in distance learning modality of a public higher education institution, located in the central region of the State of Rio Grande do Sul (RS). Based on a qualitative approach, data were collected through semi-structured interviews and documentary research. It was concluded that educating pedagogues in distance learning modality may be a possibility of structural paradigmatic change because Distance Education has provided an opportunity for the students to experience a new training scenario due to its flexibility in time and space. As a consequence, the students can perform and participate in the proposed activities in-person or online, thus working cooperatively with their classmates, teachers and tutors. Furthermore, it is stressed that distance education promotes learner autonomy, which is the target of different educational contexts so that the students become autonomous agents of their own knowledge. Another key element refers to distance-based training, which may influence the role of technological tools and, as a result, encourage their use in everyday teaching practices.

Keywords: initial education and training, educational public policies, contemporary technologies.

¹ Trabalho de pesquisa relacionado ao projeto “Interlocuções entre políticas públicas e ações pedagógicas: limites e possibilidades” - Programa Observatório da Educação/CAPES/Brasil.

² Aluna de Doutorado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Santa Maria (PPGE/UFSM). E-mail: jucemaraantunes@gmail.com

³ Aluna de Doutorado em Educação - Universidade de Valência/ES. E-mail: sonia.aita@hotmail.com

⁴ Orientadora. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: rcsarturi@gmail.com

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX e começo do século XXI, intensificando-se em 2008, conheceu uma das maiores transformações por que passou a humanidade e a educação hoje, com o advento da cultura digital, blogs, twitter, Google, ciberespaços, celulares, lousa digital e tantas outras ferramentas tecnológicas.

O ponto de partida para a discussão é as tecnologias contemporâneas, voltadas à informação e à comunicação (TICs). As mesmas estão ligadas a diferentes aspectos de nossa vida, como por exemplo, a telefonia, os computadores, os sistemas e redes de informática, entre outros. As TICs são consideradas como todo e qualquer aparato tecnológico, que permite conectar pessoas ou informações, no tempo e no espaço, que sejam importantes para os seres humanos e suas organizações sociais.

Freire, em 1997, já se referia às tecnologias:

Nunca fui ingênuo apreciador da tecnologia: não a divinizo, de um lado, nem a diabolizo, de outro. Por isso mesmo sempre estive em paz para lidar com ela. Não tenho dúvida nenhuma do enorme potencial de estímulos e desafios à curiosidade que a tecnologia põe a serviço [...] das classes sociais chamadas favorecidas (FREIRE, 1997, p. 87).

Para tanto, a contemporaneidade requer dos profissionais que atuam na Educação Básica a apropriação das novas possibilidades que as tecnologias podem trazer para o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, buscando novas maneiras de ensinar e aprender.

Nessa perspectiva, a possibilidade de uma formação docente na educação à distância, na qual o processo de construção de conhecimento e saberes docentes são mediados pelas tecnologias, pode representar um avanço paradigmático na formação inicial do professor que atua na Educação Básica. Pois, ao vivenciar na formação docente o uso das TICs, certamente irá utilizá-las em sua prática docente.

Sendo assim, busca-se por meio desse artigo, fazer uma análise acerca da educação à distância e a possibilidade de mudança paradigmática na formação docente, o que, conseqüentemente, reflete na qualificação das práticas docentes na Educação Básica.

Apresenta-se neste texto um recorte de uma pesquisa que tem como objetivo refletir acerca da formação docente no curso de Pedagogia, modalidade à distância, de uma instituição pública de ensino superior. A instituição está localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) considera as contribuições dessa modalidade de ensino como possibilidade de mudança paradigmática na formação do professor. Trata-se de um estudo sem levantamento de dados e teórico que conta com a colaboração de professores concluintes do curso da pedagogia EAD para a discussão desta temática.

O artigo está organizado em cinco partes, na primeira aborda-se o caminho metodológico para a realização da pesquisa em andamento. Na seqüência apresenta uma breve síntese das Políticas Públicas

para a EAD, descrevendo as principais legislações e normativas para essa modalidade. No terceiro momento, discorre-se sobre a EAD como possibilidade de avanço paradigmático na formação docente a partir do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Na quarta parte, trazem-se as reflexões acerca da formação docente em um curso de pedagogia à distância pontuando elementos legais e aspectos que a caracterizam e a distinguem como uma modalidade de formação inicial e por último apresentam-se as considerações e finais.

PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para atender ao objetivo proposto neste estudo, optou-se pela abordagem qualitativa. Orientados por tal enfoque, admite-se uma ampla liberdade teórico-metodológica para realizar a pesquisa, assim como ela não segue uma sequência tão rígida das etapas assinaladas para o desenvolvimento (TRIVIÑOS, 1987).

A pesquisa assumiu uma postura flexível, ou seja, na medida em que os dados forem sendo coletados a partir dos instrumentos e, interpretados no decorrer da investigação poder-se-á provocar novas buscas de dados. Este estudo teórico vem sendo discutido com alguns professores em formação na modalidade EAD.

Conforme Triviños (1987), o teor de qualquer enfoque qualitativo é dado pelo referencial teórico no qual se apoia o pesquisador. A perspectiva adotada guia o estudo e a interpretação do pesquisador qualitativo.

Para a coleta de dados fez-se uso da pesquisa documental, com o objetivo de obtermos o levantamento de referenciais expostos nos documentos legais que orientaram a Educação à Distância e a entrevista semiestruturada.

Dessa forma, pretendeu-se iniciar a coleta de dados, primeiramente, mediante a fala dos acadêmicos do curso de Pedagogia que realizaram o estágio e que estão em processo de conclusão do curso. A pesquisa semiestruturada, inicialmente apresentada aos acadêmicos foi o instrumento usado para acercar-se das discussões pertinentes ao tema.

Triviños descreve entrevista semiestruturada como:

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as repostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Para a escolha dos sujeitos, considerou-se, inicialmente, os acadêmicos do curso de Pedagogia na modalidade à distância que estão nos sétimo e oitavo semestres. Posteriormente, buscou-se esses sujeitos em diferentes polos que ofertam o curso de Pedagogia nessa modalidade de ensino a fim de aproximar as discussões teóricas sobre o tema com àqueles que se oportunizam desta modalidade de formação, na prática.

Foi entrevistado um acadêmico de cada polo, sendo que, destes, selecionou-se quatro sujeitos para dialogar sobre a temática. Para identificá-los ao longo da discussão foram usados nomes fictícios. O diálogo deu-se a partir de entrevistas semiestruturadas, na qual, os participantes responderam questões apresentadas durante um encontro presencial previsto no calendário acadêmico do curso.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL

Para refletir acerca da formação docente na modalidade à distância, fez-se necessário destacarmos o percurso das Políticas Públicas educacionais para essa modalidade de ensino. Para tanto, buscou-se fazer um recorte das principais normativas que orientam a Educação à Distância no Brasil.

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação à distância foram estabelecidas pela Lei n.º 9.394 (BRASIL, 1996); que, posteriormente, foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622 (BRASIL, 2005), com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361 (BRASIL, 2004b). O Decreto n.º 5.622 (BRASIL, 2005) que regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, o qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, definindo no Art.1º que a Educação a Distância (EAD) se caracteriza como a:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, envolvendo estudantes e professores no desenvolvimento de atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005, p. 01).

No mesmo ano, o Ministério da Educação, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior criou o Sistema UAB. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) e a Diretoria de Educação a Distância (DED/CAPES), com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Em 2006, é sancionada a Lei n. 11.273 (BRASIL, 2006c), que autoriza a concessão de bolsas de estudos e de pesquisa a participante de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. No mesmo ano, é aprovado o Decreto n.º 5.773 (BRASIL, 2006a); que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino e ainda o Decreto n. 5.800 (BRASIL, 2006b) que trata sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

No ano seguinte, é aprovado o Decreto n.º 6.303 (BRASIL, 2007a), que altera dispositivos dos Decretos 5.622, de 19 de dezembro de 2005 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos (BRASIL, 2007a).

Na sequência, foi aprovada em 2008 a Resolução CD/FNDE n.º 24 (BRASIL, 2008), que traz orientações e diretrizes para o apoio financeiro às instituições de ensino participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil, vinculado a CAPES e à Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, nos exercícios de 2008 e 2009.

E, por último, a aprovação da Resolução CD/FNDE n.º 26 (BRASIL, 2009b) que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essa vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a serem pagas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) a partir do exercício de 2009.

Dessa forma, organizou-se um quadro demonstrativo acerca da legislação e dos aspectos normativos para a EAD (Quadro 1).

Quadro 1 - Legislação e aspectos normativos para a Educação a Distância (EAD).

Legislação EAD	Aspectos normativos que orientam a EAD no Brasil
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).	Art 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.
Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004a).	Permite a oferta de 20% da carga horária total dos cursos na modalidade à distância.
Portaria nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004b).	Trata sobre os processos de credenciamento e reconhecimento de cursos.
Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro 2005 (BRASIL, 2005).	Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006c).	Autoriza a concessão de bolsas de estudos e de pesquisa a participante de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.
Decreto nº 5.773 (BRASIL, 2006a).	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Decreto nº 5.800 (2006b).	Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.
Portaria Normativa nº 02, (BRASIL, 2007b).	Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade à distância.
Decreto nº 6.303 (BRASIL, 2007b), que altera dispositivos dos Decretos nº 5.622 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e nº 5.773 (BRASIL, 2006a).	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Resolução CD/FNDE nº 24 (BRASIL, 2008).	Estabelece orientações e diretrizes para o apoio financeiro às instituições de ensino participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil, vinculado à CAPES e à Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, nos exercícios de 2008 e 2009.
Resolução CD/FNDE nº 26 (BRASIL, 2009b).	Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a serem pagas pelo FNDE a partir do exercício de 2009.

Fonte: Organizado pelas autoras a partir das Legislações vigentes.

A partir do exposto, percebe-se que, desde a promulgação da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), já se tinha um interesse em ofertar o ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Porém, foi somente a partir de 2004 que a modalidade a distância passou a ser regulamentada, por meio de portarias e decretos, passando a emitir normatizações sobre os processos de credenciamento e reconhecimento de cursos, etc.

No ano de 2006, foi aprovado o Decreto nº 5.800 (BRASIL, 2006b), que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Seu objetivo é fomentar a modalidade de educação à distância nas instituições públicas de ensino superior, como também de apoiar pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior, respaldadas em tecnologias de informação e comunicação.

Através deste sistema é incentivada a colaboração entre a União e os entes federativos, além de estimular a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas. Luckesi (1989, p. 11) considera que “O ensino a distância manifesta-se como uma alternativa na construção de uma sociedade culta, crítica e civilizada”.

Aliando esses princípios, o Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada.

Na sequência, apresenta-se o quadro 2 com a descrição geral das principais ações da UAB e os respectivos anos, de 2005 a 2009.

Quadro 2 - Principais ações da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e os respectivos anos.

Anos	Ações
2005	Por meio da seleção para integração e articulação das propostas de cursos, apresentadas exclusivamente por instituições federais de ensino superior, e as propostas de polos de apoio presencial, apresentadas por estados e municípios.
2006	Ampliação da participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e municipais.
2007	Repasse de recursos às instituições de ensino superior para a ampliação do acervo bibliográfico dos polos de apoio presencial.
2008	Sistema UAB que fomentou a criação de cursos na área de Administração, de Gestão Pública e outras áreas técnicas.
2007 a 2009	Foram aprovados e instalados 557 polos de apoio presencial com 187.154 vagas criadas. A UAB, ademais, em agosto de 2009, selecionou mais 163 novos polos, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, para equacionar a demanda e a oferta de formação de professores na rede pública da educação básica, ampliando a rede para um total de 720 polos.

Fonte: Organizado pelas autoras a partir dos dados da UAB.

Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Ações da UAB, destacadas no quadro acima, iniciaram-se em 2005, porém a oferta para o curso de Pedagogia, modalidade à distância em parceria com a UAB na instituição pesquisada, deu-se em 2008, abrangendo inicialmente nove polos.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: POSSIBILIDADES E AVANÇOS PARADIGMÁTICOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Parte-se de que uma discussão das tecnologias voltadas à informação e à comunicação (TICs) estão ligadas a diferentes aspectos de nossa vida, como por exemplo, a telefonia, os computadores, os sistemas e redes de informática, etc.

Nesse sentido, as TIC's aplicadas à Educação são uma discussão presente no cotidiano, pois as mesmas podem funcionar como um recurso a ser usado na construção do conhecimento.

Dessa forma, apresenta-se a EAD como uma modalidade de ensino. É conceituada abaixo:

Educação a Distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais (MOORE; KEARSLEY, 2010, p. 2).

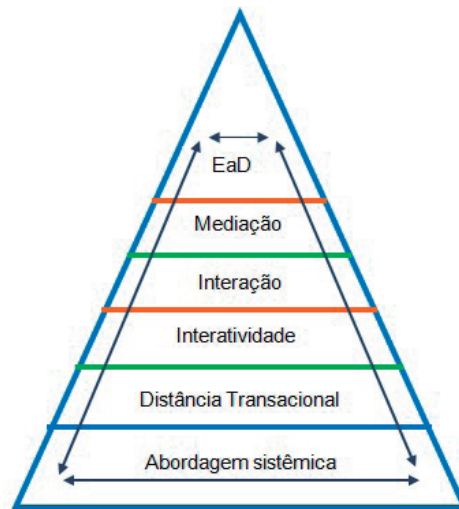
Nessa visão, de acordo com os autores supracitados, a concepção da EAD é vista como um sistema, formado por todos os processos componentes, ferramentas que operam para ocorrer o ensino e a aprendizagem à distância. Isso pode ser compreendido como uma abordagem sistêmica, visão do todo.

A formação docente nesse processo ocorre em uma distância transacional, ou seja, definida em função do grau de inter-relação e natureza do diálogo e da estrutura do curso de Pedagogia. Esta inter-relação entre diálogo, estrutura curricular e acadêmico constituem-se em um marco teórico variado, dentro do qual se pode situar perguntas acerca do estudante, dos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas e do planejamento curricular do curso, ou seja, para se entender as relações entre os vários elementos que compõem a estrutura.

Nesse contexto, o processo de formação docente acontece por meio de alguns elementos fundamentais como a interatividade, interação e mediação. O primeiro elemento, a interatividade, muitas vezes, vem sendo utilizado indistintamente com dois significados diferentes, em geral confundidos: de um lado, a potencialidade técnica oferecida por determinado meio (por exemplo, os CD-ROMs de consulta, hipertextos em geral ou jogos informatizados) e, de outro, a atividade humana, do usuário, de agir sobre a máquina e de receber, em troca, uma “retroação” da máquina sobre ele (MOORE; KEARSLEY, 2010).

Dando continuidade os autores ainda trazem que o segundo elemento é a interação, ou seja, é a ação recíproca entre dois ou mais sujeitos em que ocorre intersubjetividade, encontro de dois sujeitos - que pode ser direta ou indireta (mediatizada por algum veículo técnico de comunicação).

E o último a mediação que significa a ação ou efeito de mediar; intervenção. Parte do sujeito em relação ao objeto (que, nesse caso, pode ser o conhecimento, o outro ou ainda em relação a si mesmo). Pode-se visualizar que esses elementos se constituem no processo de ensino a distância na figura 1 (MOORE; KEARSLEY, 2010).

Figura 1 - Pirâmide organizada pelas autoras.

Fonte: Conceitos Básicos (MOORE; KEARSLEY, 2010, p. 9-23).

A partir dos elementos destacados acima, observa-se uma transição de mudança paradigmática na formação docente, por meio da educação à distância. Autores como Behrens (2000) denominam de Paradigma Emergente na prática pedagógica por meio da era digital.

Faz-se pertinente considerar que não existem paradigmas na formação docente, melhores ou piores que outros. Desta forma, é necessário esclarecer e apresentar vários modelos aos alunos (futuros professores) e formadores para que eles possam escolher de acordo com sua situação atual o que mais se assemelha ao seu modo de ser e, para que estes possam adquirir capacidades para um “que fazer” melhor. Porém, como bem aborda Ferry, (2004) este saber fazer precisa estar integrado na personalidade do docente de tal forma que sua convicção corresponda ao que sente e o que faz numa dialógica intelectual que o configure maduro em seu fazer, em seu agir aos olhos dos alunos e dos colegas, concebendo, desta forma uma fidelidade com o “el modelo del proceso” (FERRY, 2004, p. 68) como um caminho que se projeta ao caminhar.

Alguns indicadores demarcam esta nova visão em formação: A temporalidade, ligada às tradições, história da formação, no qual articula passado, presente com vistas ao futuro, que está presente no sujeito desde o nascimento até a morte; sujeito e subjetividade na articulação do psíquico, cognitivo, emocional, físico, social, racional, pulsional, ativo, ético, político (complexo). Inclui o que não havia sido previsto ou inesperado. O tempo programado faz com se pense em programas a serem cumpridos. Pensar o sujeito é pensar subjetividade e a formação como construção desta que é própria de cada um e reflete a maneira com que os indivíduos se vinculam com o mundo. Neste espaço aparece outro conceito que precisa ser amplamente discutido nos espaços de formação: Autorizar-se, termo que significa transitar o caminho da autonomia, um processo interno para sair da dependência. O caminho da formação tem de ser o caminho da autorização mútua de sujeitos. Para alcançar que sejam capacitados formadores capazes de transformar aos outros se precisa transitar o caminho da autorização. A autoformação ou he-

teroformação, como sendo a dinâmica de desenvolvimento pessoal, em movimento, no qual, apresenta as formas em que a trajetória se fez na temporalidade para fazer o caminho (FERRY, 2004).

Nesta perspectiva, pontua-se que, na modalidade de ensino à distância, a aprendizagem ocorre de forma diferenciada do ensino presencial, conforme resumo apresentado no quadro 3.

Quadro 3 - Aprendizagem - Paradigma tradicional *versus* Aprendizagem - Paradigma emergente na prática pedagógica: era digital.

Aprendizagem - Paradigma tradicional	Aprendizagem - Paradigma emergente na prática pedagógica: era digital
Transmissão do professor e memorização dos alunos.	Prática docente com ênfase na concepção individual e coletiva do conhecimento.
Aprendizagem competitiva e individualista.	Aprendizagem colaborativa.
Uso da linguagem oral e escrita.	Linguagem oral, escrita e digital.
Metodologias superadas - sala de aula, o uso de técnicas convencionais (quadro de giz, livro texto, aulas expositivas).	Uso de recursos e ferramentas para construir processos metodológicos mais significativos para aprender (Fóruns, Chats, vídeos, hipertextos, vídeo conferência, wikis, tarefas, questionários, etc.)
Repetição e reprodução do conhecimento.	Produção do conhecimento e autonomia.

Fonte: Organizado pelas autoras. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente (BEHRENS, 2000, p. 67-85).

REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DIÁLOGO COM OS SUJEITOS

A formação inicial do pedagogo na modalidade a distância foi amparada legalmente também pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) a qual possibilita em seu artigo sessenta e dois que:

A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Para complementar, de acordo com as normativas recentes, considera-se a Educação à distância para promover a formação dos profissionais para atuar na Educação Básica. Evidenciado pelo inciso terceiro “A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância” (Incluído pela Lei nº 12.056, grifo nosso) (BRASIL, 2009a).

A partir dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) traz os índices relativos aos cursos de graduação, observa-se que dos trinta mil quatrocentos e vinte (30.420) declarados no censo, mil e quarenta e quatro (1.044) são ofertados na modalidade à distância, totalizando 3,4% (2011).

É importante referenciar, ao observar os dados e índices do INEP que compara a distribuição das matrículas de graduação, por grau acadêmico do curso, segundo a modalidade de ensino, a modalidade à distância predomina a procura pelos cursos de licenciatura, conforme abaixo:

A modalidade presencial totaliza 4.196.423 matrículas de bacharelado, 926.780 matrículas de licenciatura e 606.564 matrículas de grau tecnológico. Deve-se registrar que não está definido o grau acadêmico para 16.996 matrículas presenciais, as quais correspondem à área básica de ingresso. A modalidade a distância, por sua vez, soma 429.549 matrículas de licenciatura, 299.408 matrículas de bacharelado e 263.970 matrículas de grau tecnológico (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013, p. 59).

Verifica-se, ao observar tais índices uma particularidade em relação ao grau acadêmico na modalidade presencial e a distância. Pois, prevalecesse o predomínio do bacharelado nos cursos presenciais e da licenciatura nos cursos à distância. Sendo assim, pode-se observar nesse contexto, a procura na modalidade de ensino a distância, para a formação docente.

Nesse contexto a possibilidade da realização de uma formação em um curso à distância dá condições ao ingressante de vivenciar o uso da tecnologia, como por exemplo: o uso frequente do correio eletrônico, a habituar-se a usar a Internet, a desenvolver habilidades para ler diretamente da tela, a digitar com maior destreza e comunicar-se cada vez mais com um número maior de pessoas.

Consequentemente, possibilita uma mudança no perfil do concluinte, ou seja, o profissional formado na modalidade a distância poderá pensar na formação desde a experiência vivenciada, oportunizando aos seus alunos desde momentos de formação que compartilhem de sua experiência acadêmica.

Pode-se evidenciar essa afirmação a partir das falas das alunas, quando questionadas sobre a percepção acerca da formação na modalidade EAD:

É uma experiência muito importante, principalmente pela prática, mesmo não sendo presencial somos avaliadas o tempo todo, mais até do que se fosse presencial. É bem mais puxado, eu acho, mas quando vamos para a sala de aula estamos preparadas, embora nem sempre tudo dê certo ou como esperávamos. O que é normal (LUANA).

Fica claro na fala da aluna que a formação na modalidade a distância exigiu muito dela. Afirmando que se sente preparada para atuar em sala de aula. Para complementar a discussão, traz-se as palavras de Elenir que o conjunto das disciplinas, como uma exigência curricular, foi considerado um espaço no qual se pode articular os conhecimentos proporcionados pelas disciplinas ao longo do curso, além de fazer o uso das ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem.

As disciplinas são exigências do currículo do curso; sendo uma etapa necessária para que possamos e nos preparar para a profissão docente e posteriormente pôr em prática as aprendizagens construídas em cada disciplina e nas discussões e orientações propostas pelos fóruns e tarefas (ELENIR).

Nesse sentido, enfatiza-se a ideia das autoras Pimenta e Lima “[...] Observar, participar, problematizar, questionar a prática vivenciada utilizando como parâmetros as aprendizagens das várias disciplinas do currículo.” (2012, p. 165).

Ao questionarmos as acadêmicas em formação sobre as diferentes ferramentas virtuais de aprendizagem como o espaço de articulação entre as disciplinas. Percebe-se que as ferramentas se constituem como espaços de realização das atividades e reflexão das mesmas.

Quando questionadas sobre a formação docente no curso a distância, as alunas descrevem que:

Durante o curso foi bastante desafiador uma vez que tivemos de caminhar em direção ao conhecimento; construir nossas práticas e reconstruir alguns de nossos conceitos. Já durante o estágio acredito que a diferença mais acentuada foi o fato de termos de relatar diariamente nosso cotidiano na escola, enquanto que em um curso presencial a presença de um professor avaliador já é por si só uma preocupação para o estagiário (ELENIR).

Sob essa ótica, de acordo com Sacramento (2008), observa-se que:

[...] a educação à distância e seus métodos de ensino aprendizagem vem sendo apontados por alguns autores como um paradigma em construção, um divisor de águas a partir do qual a educação em geral vem sofrendo, e, acreditamos, sofrerá mudanças profundas nos conteúdos, nas práticas docentes, na atuação discente nos referenciais teóricos e metodológicos (SACRAMENTO, 2008, p. 25).

Certamente, a educação vem proporcionando uma mudança no papel do educador e do educando, uma vez que o educador passa de detentor do conhecimento para facilitador da aprendizagem. O aluno, por sua vez, passa de mero agente passivo para sujeito ativo na construção do conhecimento.

No questionamento referente às contribuições que a formação a distância trouxe na formação docente, as alunas destacam que:

Pessoalmente estudei muito, em todos os momentos, buscava informações em outros meios, na internet, com as colegas, foi um desafio muito grande, cansativo, mas que me preparou para fazer qualquer outro curso, além de que hoje faço muitas atividades com meus alunos que fazia durante a graduação, por exemplo, envio de atividades pela internet e fóruns, eles gostam muito (LUANA).

Pode-se observar que a formação em curso na modalidade EAD trouxe novas possibilidades para a prática docente da acadêmica, pois ao ter acesso as novas tecnologias e uso de um ambiente virtual de aprendizagem durante a formação, tende a incorporar diariamente com seus alunos.

A acadêmica a seguir acrescenta que:

No início foi muito difícil ter de me adaptar aos horários e práticas da plataforma moodle; superadas as barreiras acredito que a principal contribuição da formação EAD tenha sido a flexibilidade e a autonomia na condução das minhas tarefas como estudante (ELENIR).

De forma geral, e reafirmada pelas falas das alunas, a EAD educação permite a autonomia do aluno no processo de ensino aprendizagem. Pois:

Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A *autonomia* vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas. [...]. Ninguém é sujeito da *autonomia* de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não (FREIRE, 1997, p. 120).

Nesse sentido, pode-se considerar que na EAD o aluno torna-se autônomo da própria aprendizagem, pois toma iniciativa ao organizar seu tempo/espço para realizar as atividades discentes.

Por fim, e não menos importante, quando se abordou sobre as possibilidades que o curso de formação a distância oferece ao acadêmico e quais as dificuldades encontradas, os entrevistados colocaram que:

O curso EAD oferece a oportunidade de quem não pode em horário regular realizar um curso de seu interesse. Dessa forma o aluno precisa ser organizado e disciplinado quanto ao seu tempo disponível. A dificuldade que pode haver, hoje em dia nem tanto, que é quanto ao acesso a internet (conexão), e ao manuseio para quem é iniciante, o que se resolve muito rápido (CARLA).

A partir desses depoimentos, é possível afirmar que a EAD viabiliza o acesso a um curso de graduação a todos que têm interesse, oferecendo-lhes a oportunidade de formação na sua própria cidade, sem a necessidade de deslocamento para os centros nos quais as Universidades estão situadas, minimizando assim a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos, evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, sem querer esgotar o assunto em questão, se propôs a refletir alguns aspectos que atravessam a formação docente na modalidade EAD, atendendo ao objetivo de refletir acerca da formação docente no curso de Pedagogia na modalidade à distância, de uma instituição pública superior de ensino, localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Nesse viés, pode ser uma opção e um contraponto para pensar algo diferenciado das metodologias tradicionais. Ao proporcionar o acesso às ferramentas do ambiente virtual como caminho diferenciado no processo pedagógico desenvolvido pelos professores e alunos, na qual o docente, de sujeito detentor de todo o conhecimento divide espaço e torna-se um facilitador da aprendizagem e o aluno, por sua vez, torna-se autônomo de seu processo de construção de conhecimento.

A EAD apresenta oportunidade diversificada na formação organizada, de modo flexível, nos tempos e espaços que o aluno possa realizar e participar presencial ou a distância das atividades propostas trabalhando cooperativamente com os colegas, professores e tutores.

Paralelo a esses elementos, destaca-se que a EAD propicia a autonomia do aluno, almejada nos diferentes contextos educativos, ou seja, que o aluno se torne sujeito autônomo de seu saber. Outro elemento fundamental refere-se à formação realizada a distância pode influenciá-lo à utilização das ferramentas tecnológicas, propondo seu uso no cotidiano das suas práticas docente.

A proposta de formar pedagogos a distância pode ser uma possibilidade de mudança paradigmática estrutural dos cursos de formação docente, porque, mesmo com visão linear, o curso oportunizou aos educandos vivenciarem um novo desenho de formação; pouco falado pessoalmente e muito discutido e transcrito nas inúmeras mensagens virtuais trocadas entre professores e alunos. As ferramentas que os formadores e os alunos utilizaram quebraram barreiras da distância, do tempo e do espaço. Incluíram fóruns, Wikis⁵ individuais e coletivas, tarefas, vídeos, vídeo conferências, web aulas.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, Marilda A. Projetos de aprendizagem colaborativa com tecnologia interativa. In: MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996.

_____. Portaria n.º 4.059, de 10 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004a.

_____. Portaria n. 4.361, de 29 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004b.

_____. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.

_____. Decreto n. 5.773, de 9 maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006a.

_____. Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006b.

⁵ Ferramenta da plataforma moodle para a produção individual ou coletiva de texto.

_____. Lei n. 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006c.

_____. Decreto n. 6.303, de 12 de dezembro 2007. Altera dispositivos dos Decretos nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007a.

_____. Portaria Normativa n. 02, de 10 de janeiro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007b.

_____. Resolução CD/FNDE n. 24, de 4 de junho de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008.

_____. Lei n. 12.056, de 13 de outubro de 2009. Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009a.

_____. Resolução CD/FNDE n. 26, de 5 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009b.

FERRY, Gilles. **Pedagogia de La formación**. Colección formación de formadores, Facultad de Filosofía y Letras. Buenos Aires: Novedades Educativas, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico censo Educação Superior 2011**. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

LUCKESI, C. C. **Democratização da Educação: ensino a distância**. Tecnologia educacional. n°. 89/90/91, jul/dez. Rio de Janeiro: ABT, 1989.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: uma visão integrada**. [Tradução Roberto Galman]. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRAMENTO, Weverton Pereira de. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Ouro Preto: UFOP, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

